



DESAFIOS DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA DE BELO HORIZONTE/MG: POR UMA POLÍTICA CULTURAL DE INTERESSE PÚBLICO¹

José Oliveira Junior²

PALAVRAS INICIAIS

Os Planos de Cultura expressam um movimento novo do Estado para conciliar modelo de participação social no debate e proposição de políticas públicas de cultura, bem como instaurar uma dinâmica de planejamento e avaliação continuados no setor cultural, o que vem se mostrando particularmente difícil no país. Mesmo que os entraves não sejam exclusividade do setor cultural, há que se considerar que, pela estrutura precária e a importância ainda reduzida dada ao setor pelos municípios, construir planos de cultura em âmbito municipal e, mais ainda, que sejam executáveis e passíveis de monitoramento, com efeito, é um dos maiores desafios do Sistema Nacional de Cultura – SNC.

O presente texto busca entender o percurso de construção do Plano Municipal de Cultura de um município de grande porte, Belo Horizonte, em Minas Gerais. O processo que resultou no Plano Municipal de Cultura representou a consolidação das políticas culturais desde a criação da Secretaria Municipal de Cultura, em 1989, ao mesmo tempo em que deixou transparecer uma série de dificuldades objetivas para sua concretização.

Para melhor compreender o processo de construção do Plano e seus primeiros desdobramentos, faremos um breve apanhado histórico que ajuda a entender as

¹ Texto construído para analisar o processo de construção do Plano Municipal de Cultura de Belo Horizonte a partir das provocações do trabalho "Por Uma Cultura do Público: Planos de Cultura, Cidadania e Diversidade Cultural", elaborado em coautoria com José Márcio Barros, a quem agradeço a contribuição, na X Reunião de Antropologia do Mercosul, em 2013.

² Mestre em Comunicação Social – Interações Midiáticas pela PUC Minas; Especialista em Novas Tecnologias em Comunicação pelo UNI-BH; Consultor UNESCO para a implantação do Sistema Nacional de Cultura em MG (2012-2013); Pesquisador licenciado do Observatório da Diversidade Cultural.
E-mail: juniorbh1@uol.com.br.

variações da estrutura administrativa responsável pela cultura e em seguida os principais acontecimentos relevantes para a política cultural do município até a aprovação e proposta de revisão do Plano Municipal de Cultura, numa composição histórica que demonstra relativo grau de maturidade, a despeito das muitas fragilidades ainda visíveis nas políticas de cultura no município.

OS PLANOS E SUA DINÂMICA

Um plano, como apontado anteriormente no capítulo sobre planos e diversidade cultural, de caráter participativo e cíclico, é caracterizado como contrato e ferramenta de planejamento público que precisa ser monitorado, avaliado e repactuado regularmente. Exige mais do que conjuntos de boas intenções ou textos mirabolantes e deve constituir-se como subsídio para a atuação pública, com visualização compreensível tanto para as equipes dos órgãos públicos quanto para a sociedade.

Desejamos, para a presente análise, ampliar a noção usual sobre planos, concebendo-os não como um fim em si mesmo, mas como processos mediados por tensões e paradoxos e como meios através dos quais visões de futuro são delineadas em constante diálogo. Nesse sentido, a possibilidade de se tratar políticas públicas de cultura pelo viés da sustentabilidade deixa de expressar especificamente a relação entre oferta e procura, e passa a conjugar expressões complexas do simbólico, do político e do econômico. Sustentabilidade passa a se referir ao modo como produzir articulações transformadoras entre passado e presente, indivíduo e coletivo, o imaginário e o vivido.

O que se espera de um documento chamado Plano de Cultura é que contemple não apenas as particularidades dos setores artísticos, mas a mobilidade e acessibilidade urbana, as quais devem ser tomadas como condição para que os fluxos, deslocamentos, interesses expressos e não expressos possam existir.

O modelo de organização em sistema exige uma mudança conceitual tanto por parte dos governos quanto por parte da sociedade civil: sair da perspectiva de “Estado provedor” para “Estado articulador”, na qual o Estado deixe de ser um mero provedor de recursos e passe a ocupar uma função estratégica de articulação; criação e

manutenção de infraestrutura; e de integração do Estado, visando o desenvolvimento da cidade como um todo. Sair da perspectiva de “plano de aplicação de recursos financeiros” ou “catálogo das demandas” para elemento efetivo de planejamento público de curto, médio e longo prazo.

PERCURSO HISTÓRICO

Na década 1980 em Belo Horizonte não havia propriamente um conjunto concreto de políticas organizadas para a cultura. Havia, por exemplo, uma prática de empréstimo de equipamentos (palco, iluminação) para ações diversas na cidade. Esse quadro imprimia à atuação do município uma característica funcional e operacional, sem interferir diretamente nas práticas culturais da população, muito menos formular políticas que fossem além do atendimento de demandas imediatas. Em geral, havia ações de espetáculos avulsos e acontecimentos pontuais concentrados na região central da cidade.

Quadro 1: Estruturas do órgão gestor

1947 a 1973 – Educação e Cultura.
1973 a 1977 – Cultura, Informação, Turismo e Esportes.
1977 a 1983 – Cultura, Turismo e Esportes.
1983 a 1989 – Cultura e Turismo.
1989 a 2004 – Secretaria Municipal de Cultura.
2005 a 2015 – Fundação Municipal de Cultura.

Fonte: Elaboração do autor, 2019.

Durante quase 30 anos, a cultura era uma pasta única com a Educação. Entre 1973 e 1983 a estrutura passou a reunir Cultura, Turismo e Esportes, enquanto no período seguinte, entre 1983 e 1989, o órgão gestor respondeu conjuntamente por cultura e turismo. Até que, em maio de 1989, a prefeitura cria um órgão gestor específico para o setor, a Secretaria Municipal de Cultura, um momento significativo para a cidade, que veio tornar-se, em 2005, a Fundação Municipal de Cultura e o último arranjo, de 2017, conciliando Secretaria com Fundação.

A título de comparação com o relatório de 1989, quando da criação do órgão gestor de cultura na cidade, em 2015, ano de aprovação do Plano, Belo Horizonte era responsável por um extenso conjunto de ações e equipamentos permanentes: 12 instituições de acervo, memória e referência cultural; duas bibliotecas; 16 centros culturais; dois teatros públicos; dois conselhos deliberativos, sendo um de políticas culturais e um de patrimônio; a Escola Livre de Artes (ELA), quatro grandes festivais (FIT-BH – Festival Internacional de Teatro Palco & Rua de Belo Horizonte; FAN – Festival de Arte Negra; FIQ-BH – Festival Internacional de Quadrinhos de Belo Horizonte; FLI-BH – Festival Literário Internacional de Belo Horizonte); uma grande ação museal (Noturno nos museus); uma Lei Municipal de Incentivo à Cultura já consolidada e em processo de redesenho legal, bem como diversos editais (Edital Descentra Cultura, Prêmio Mestres de Cultura Popular, Edital BH nasTelas, Edital Cena Música³).

Cabe ressaltar que outros instrumentos de planejamento municipal possibilitaram a efetivação das políticas culturais, como o plano diretor do município e a lei orgânica, os quais adiantaram parte do processo do que seria o Plano Municipal de Cultura. Na lei orgânica, havia dois artigos (166 e 169) que apontavam que todo cidadão é um agente cultural e que o poder público municipal deveria promover a implantação de centros culturais regionais com a participação da sociedade civil.

Por sua vez, o plano diretor trazia três elementos que deram suporte à implantação de políticas públicas para o setor com a particularidade do incentivar sistematicamente a participação popular, bem como a necessidade do município levar em consideração a articulação com a Educação e Ação Social.

Nesse sentido, a institucionalização de um órgão específico foi significativa, a qual, conciliada à criação do mecanismo do Orçamento Participativo, possibilitou, por exemplo, a implantação dos Centros Culturais na cidade. O fato de Belo Horizonte ter investido em infraestrutura, em mais de duas décadas, possibilitou não só políticas de acesso aos bens culturais, mas a manutenção de uma programação continuada e de diálogo com os desejos e práticas da comunidade, bem como abriu espaço para que a população local atuasse efetivamente não apenas como público.

A diferença entre o primeiro relatório e o de 2015 é resultado de uma ação geral continuada das políticas culturais desde 1989, mas, por outro lado, variável e cíclica.

³ Este foi rebatizado de Cena Plural em 2018.

Diversas ações, projetos e programas foram sendo implantados ou realizados ano a ano, muitos sem continuidade e sem planejamento de médio e longo prazo. Nesse sentido, o caso dos centros culturais é um bom exemplo. Independentemente do fato da criação dos centros culturais em diversas regiões da cidade ser uma conquista importante, sua implantação não seguiu princípios de planejamento, mas foram atendimentos a demandas da comunidade, todas legítimas, claro.

Isso levou ao quadro em que se percebe a distribuição até certo ponto errática dos centros culturais pela cidade. Como exemplo, a região administrativa Nordeste, uma das que tem maior população, não tinha nenhum equipamento cultural público até o início de 2016, ao passo que o Barreiro tinha quatro equipamentos.

Além disso, possuir um equipamento permanente requer uma série de esforços específicos que precisam ser levados em conta nos anos seguintes, não bastando apenas a construção. Tem que se levar em conta a necessidade de pessoal para trabalhar no local e que possua competência gerencial, de elaboração de programação artístico-cultural e de articulação e escuta da população. Há necessidade de planejar e orçar a aquisição e manutenção de equipamentos e mobiliário, de prever as despesas de luz, água e comunicações.

Isso tudo exige um esforço maior do órgão municipal gestor de cultura para os próximos anos e é função planejamento, ou seja, deve compor o plano periódico do município para o setor. Alguns dos equipamentos municipais têm problemas de falta de pessoal e de infraestrutura para atender a toda a demanda da comunidade, o que talvez explicite que não houve planejamento adequado de recursos humanos.

Com efeito, a preocupação com as questões de infraestrutura e recursos humanos chega a ser mais aguda e grave até que a questão orçamentária em si e isto fica claro no esforço que servidores e gestores vêm fazendo ao longo dos anos para equilibrar as entregas para a população. Desde as primeiras conferências de cultura que se coloca como urgente até a situação de recursos humanos do órgão gestor de cultura: quanto mais se ampliam as entregas e equipamentos e as próprias demandas da comunidade, mais se percebe a insuficiência dos recursos humanos para dar conta do que se propõe.

A questão de como chegar a todas as partes da cidade, por exemplo, é uma das centrais a se levar em consideração, uma vez que, em 2016, sete territórios (dos quarenta existentes) concentravam mais de 60% de todas as atividades realizadas pelo órgão gestor cultura.

Nesse quadro, ampliar os recursos financeiros disponíveis para programas, projetos e mecanismos de financiamento à sociedade pode até tornar-se uma questão delicada em médio e longo prazo, posto que a gestão dos recursos, equipamentos, programas e projetos exige que se estruture uma política de fortalecimento dos recursos humanos para a cultura, mas a conta tem uma intrincada disputa e a crise financeira de estados e municípios como barreira central.

AS FASES DO PERCURSO HISTÓRICO: ANTECEDENTES, PRIMEIRA E SEGUNDA FASE

Na primeira fase temos como marcas principais, além da própria criação da Secretaria, a criação dos equipamentos culturais e a ampliação de participação popular por meio do orçamento participativo, e o início das políticas de descentralização, regionalização e democracia cultural em toda a cidade.

Quadro 2: Acontecimentos relevantes (antecedentes e primeira fase)

Antecedentes	1984	Criação do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural (efetivado três anos depois).
	1987	Implantação efetiva do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural.
Primeira fase	1989	Criação da Secretaria Municipal de Cultura.
	1991	Criação do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte; Criação da Biblioteca Infantil e Juvenil de Belo Horizonte.
	1992	Criação do Centro Cultural Interregional Lagoa do Nado, primeiro centro cultural através do orçamento participativo.
	1993	Criação da Lei Municipal de Incentivo a Cultura (LMIC-BH).
	1995	Primeiro ano de funcionamento efetivo da LMIC-BH; Realização do I Encontro Intermunicipal de Cultura; Comemoração dos 300 anos da morte de Zumbi dos Palmares e primeira Edição do FAN – Festival de Arte Negra; Tombamento do primeiro terreiro do Candomblé da Cidade – Ilê Wopo Olojukan; Criação do CRAV – Centro de Referência Audiovisual.
	1996	Realização do 1º Diagnóstico da área cultural de Belo Horizonte; Pampulha entra na lista indicativa como patrimônio da humanidade.
	1997	Centenário de Belo Horizonte; Abertura do Centro de Cultura Belo Horizonte.
	1998	Criação do Programa Arena da Cultura.
	1999	Criação do FIQ – Festival Internacional de quadrinhos; Efetivação do Fundo de Projetos Culturais na LMIC-BH.

Fonte: Elaboração do autor, 2019.

Analisando o relatório anual de 1989⁴ da Prefeitura de Belo Horizonte, temos um conjunto de ações da recém-criada Secretaria Municipal de Cultura, o qual demonstra pelo teor o quanto ainda havia a ser feito: a avaliação e descentralização das feiras de arte e comidas típicas, a reestruturação administrativa e criação de cargos técnicos para a área de cultura, o aprimoramento de legislação de patrimônio, a formulação da política de arquivo, estudo para implantação do Sistema Municipal de Bibliotecas, entendimentos com a Rede Ferroviária Federal para a implantação de espaços culturais e uma proposta de convênio com o CREA para implantação

⁴ Relatório disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/sites/default/files/estrutura-de-governo/cultura/2018/documentos/1989-Joao-Pimenta-da-Veiga.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2018.

de um equipamento cultural, com a observação que os recursos para a execução seriam captados na iniciativa privada.

O Teatro Francisco Nunes, principal teatro público do município, estava em reforma e criou-se uma comissão de assessoramento para analisar as propostas “relacionadas à atuação do teatro”. Para “integração com as regiões e bairros” o relatório apontava o trabalho junto às administrações regionais para apoiar projetos culturais locais. Houve também a criação de uma comissão para a criação da Fundação Museu de Arte. Os três eventos citados como principais no documento foram o Festival de Inverno da UFMG, a programação com corais e o Varal de poesias, nenhum de realização própria da prefeitura. Esses três eventos eram indicativo do que a cidade tinha em termos de política cultural: ações realizadas por terceiros.

Em 1991, ao final da primeira gestão como órgão específico de cultura, havia pelo menos diretrizes: universalização do acesso, proteção e valorização do patrimônio e apoio às iniciativas de produção. Naquele ano foi implantada a Biblioteca Pública Infantil e Juvenil, e realizados estudos para a criação do arquivo público, com o recenseamento dos arquivos administrativos e técnicos. A implantação dos centros culturais, garantida na lei orgânica, era viabilizada nos “centros sociais urbanos”, espaços da Secretaria Municipal de Ação Social. Como ação cultural, 41 concertos populares no teatro Francisco Nunes, 22 apresentações na Praça Sete e 11 exposições públicas de cinema, ainda caracterizando a política cultural como um conjunto de atividades culturais.

O período entre 1992 e 1999 teve importância central na estruturação das políticas de cultura no município, tendo como referências, por um lado, a criação do Centro Cultural Interregional Lagoa do Lado e da Lei Municipal de Incentivo à Cultura e, por outro, a criação do Arena da Cultura, programa de ações formativas descentralizadas pela cidade, e a efetivação do Fundo Municipal de Cultura (chamado à época de Fundo de Projetos Culturais). Podemos dizer que esses quatro podem ser apontados como os mais significativos nas políticas de cultura na cidade na primeira fase.

Quadro 3: Acontecimentos relevantes (segunda fase)

Segunda fase	2001	Início do redesenho do Programa Arena da Cultura; Encontro Internacional de Literatura Latinoamericana.
	2002	Realização do Seminário Leis de Incentivo como Instrumento de Política Cultural e reorganização da Lei Municipal de Incentivo a Cultura.
	2003	Implantação do NUFAC – Núcleo de Formação Artística.
	2005	Criação da Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte; Realização da 1ª Conferência Municipal de Cultura – Belo Horizonte: a cultura na cidade; Assinatura do protocolo de intenções para a implantação do Sistema Municipal de Cultura (venceu em 2006).
	2008	Criação do Conselho Municipal de Política Cultural (implantado efetivamente em 2012).
	2009	Realização da 2ª Conferência Municipal de Cultura – Cultura diversidade cidadania e desenvolvimento.
	2010	Aprovação do Plano Nacional de Cultura.
	2011	Realização do Seminário Diálogos Culturais; reuniões abertas; início da elaboração do diagnóstico cultural da cidade; Eleição da primeira gestão do Conselho Municipal de Política Cultural.

Fonte: Elaboração do autor, 2019.

A segunda fase teve como um dos pontos-chave a transformação de Secretaria Municipal de Cultura em Fundação Municipal de Cultura, em 2004, com a justificativa da administração à época que este desenho era mais operativo e facilitava a captação de outros recursos e a execução. Ocorre que a sociedade civil reclamou por não ter sido ouvida sobre a alteração, o que causou muita tensão. Outro ponto chave foi a realização das Conferências Municipais de Cultura em 2005 e 2009, as quais aconteceram de modo regionalizado em toda a cidade e possibilitaram uma abertura do órgão gestor de cultura à cidade fora da região central.

Por fim, a criação do Conselho Municipal de Política Cultural e eleição de sua primeira gestão, entre 2008 e 2012. A distância temporal de quatro anos entre a criação legal do conselho e sua implantação efetiva deixava aparente o descompasso ainda existente entre o poder público e a sociedade civil, mas isso não é exclusividade do município de Belo Horizonte, é uma realidade em todo o país. A lentidão ao consolidar políticas públicas é uma questão com a qual lidamos em todas as cidades, das menores às maiores.

O mais importante é que a eleição do conselho abre espaço para compreendermos a terceira fase, a partir da posse dos conselheiros. Até então a participação da sociedade civil se dava de modo indireto, em reuniões públicas diversas, em comissões de seleção de espetáculos dos teatros municipais ou comissões organizadoras das conferências e na Comissão Municipal de Incentivo a Cultura. Esta era responsável pela avaliação dos projetos que buscavam aprovação na Lei Municipal de Incentivo à Cultura.

A criação do conselho trouxe um ponto completamente diferente na relação Estado e Sociedade Civil: a sociedade havia feito grande mobilização para que as representações no conselho fossem feitas individualmente sem necessidade de indicação de representação por instituições, o que era a grande novidade: qualquer cidadão poderia fazer parte do conselho, e não apenas as instituições formais. Isso era desafio, porque o poder público teria que conseguir mobilizar o cidadão comum e o artista para comporem o conselho, o que se mostrou uma tarefa difícil em todas as quatro eleições que já ocorreram até então.

A TERCEIRA FASE E O PLANO MUNICIPAL DE CULTURA BELO HORIZONTE 2015-2025

Quadro 5: Acontecimentos relevantes da terceira fase

Terceira fase	2012	<p>Implantação efetiva do Conselho Municipal de Política Cultural;</p> <p>Aprovação da Emenda Constitucional que criou o Sistema Nacional de Cultura;</p> <p>Assinatura do Acordo de Cooperação Federativa do SNC com o Ministério da Cultura (por tempo indeterminado);</p> <p>Realização de reuniões abertas; plenárias, assembleias e criação de grupos temáticos no âmbito do Conselho Municipal de Política Cultural;</p> <p>Consultoria do Ministério da Cultura para a elaboração do Plano Municipal de Cultura;</p> <p>I Seminário: O Servidor na elaboração do PMC;</p> <p>Criação do Centro de Referência da Moda a partir do antigo Centro de Cultura Belo Horizonte.</p>
	2013	<p>3ª Conferência Municipal de Cultura: Cultura em Belo Horizonte: avanços e desafios; Conferências Livres de Cultura nas nove Regionais administrativas;</p> <p>II Seminário: O Servidor na elaboração do PMC;</p> <p>Conferência extraordinária de Cultura: construindo o Plano Municipal de Cultura para a cidade de Belo Horizonte;</p> <p>Consulta Pública on-line sobre o Plano Municipal de Cultura;</p> <p>Nove reuniões deliberativas do PMC complementares à Conferência Extraordinária;</p> <p>Realização da primeira edição da Virada Cultural e Noturno nos Museus.</p>
	2014	<p>Criação dos Editais Descentra Cultura, CenaMúsica e Prêmio Mestres de Cultura Popular;</p> <p>Belo Horizonte torna-se cidade piloto da Nova Agenda 21 da Cultura;</p> <p>Institucionalização da Escola Livre de Artes – Arena da Cultura;</p> <p>Criação do Centro de Referência da Cultura Popular e Tradicional no antigo Centro Cultural da Lagoa do Nado;</p> <p>Criação do MIS – Museu da Imagem e do Som – a partir do antigo CRAV.</p>
	2015	<p>4ª Conferência Municipal de Cultura: A Cultura na vida do cidadão;</p> <p>Encaminhamento de Projeto de Lei do PMC à Câmara Municipal de Belo Horizonte;</p> <p>Reconhecimento do acervo da comissão construtora da capital como patrimônio documental da humanidade;</p> <p>Aprovação e publicação da Lei municipal nº 10.854/2015, que instituiu o PMC.</p>

Fonte: Elaboração do autor, 2019.

A terceira fase é marcada pela consolidação das políticas iniciadas anteriormente e sua ampliação e qualificação, bem como criação de novos programas, dentro das limitações orçamentárias e embasadas na existência do Conselho Municipal de Política Cultural. A maior participação abriu a possibilidade de identificação mais objetiva das demandas da cidade, o que pode ser verificado no processo de elaboração do Plano Municipal de Cultura. Mas, claro, não sem algum descompasso, como veremos adiante.

Até a aprovação da primeira versão do Plano Municipal de Cultura foram realizadas, entre 2005 e 2015, quatro conferências municipais de cultura e diversos outros encontros, reuniões públicas e reuniões deliberativas, seminários e consultas públicas. Mas foi com a criação do Conselho Municipal de Política Cultural, em 2008, e o início efetivo dos seus trabalhos, quatro anos após, que governo e sociedade civil chegaram a um acordo do que seria o primeiro documento orientativo para as políticas públicas de cultura na cidade.

A CONFERÊNCIA EXTRAORDINÁRIA E A CONSULTA PÚBLICA

Na 3ª Conferência Municipal de Cultura, realizada em 2013, a proposta era que a minuta do Plano Municipal de Cultura fosse mais um ponto da pauta já extensa da conferência. A plenária da conferência apontou ostensivamente que aprovar ali qualquer coisa relativa ao Plano Municipal de Cultura seria temerário, uma vez que não havia ainda conhecimento e segurança sobre o documento que estava colocado para discussão.

Uma profusão de atores sociais com diferentes níveis de aprofundamento relativos ao tema, reunida a uma percepção da importância do que ali estava sendo definido levou a plenária a votar pela realização de uma conferência extraordinária, exclusivamente para tratar do Plano Municipal de Cultura. Ficou decidido que no princípio de agosto daquele ano, antecedendo a conferência extraordinária, seria feita uma consulta pública sobre a minuta do plano, de modo a facilitar a leitura e a elaboração de propostas por parte da sociedade civil.

Na consulta pública foram 131 intervenções no total, sendo que seis pessoas foram responsáveis por 80,15% das contribuições (105 no total). Foram feitas 257 propostas

de ações, somando a 3ª Conferência, as conferências livres, a consulta pública e as reuniões deliberativas, bem como 174 propostas elaboradas e aprovadas pelo conselho. Isso dá um total geral de 431 ações propostas durante o processo.

Três das nove diretrizes são centrais no que o plano se propõe e vinculadas às perspectivas do plano diretor e da lei orgânica: capilarizar a política pública de cultura nas regiões da cidade; promover a desconcentração dos investimentos em cultura e democratização a gestão cultural com o fortalecimento das instâncias de participação e controle social. Com efeito, capilarizar, desconcentrar e democratizar são os verbos centrais do plano aprovado, independente dos questionamentos que fazamos ao conteúdo ou formato.

Em 2015, com o tema A Cultura na Vida do Cidadão, foi realizada a 4ª Conferência Municipal, que discutiu dois temas específicos, sendo um relativo às instâncias participativas municipais e outro sobre a alteração do Sistema Municipal de Financiamento da Cultura. Após a realização dessas quatro conferências, no final de 2015, o Plano Municipal de Cultura (PMC) foi aprovado e sancionado, construído tendo como base nove diretrizes, 28 metas e 184 ações, dentre o total de 431 originalmente pensadas nas discussões de 2013.

Identificamos como positivos o fato de que o Plano Municipal de Cultura de Belo Horizonte foi resultado do longo processo histórico aqui descrito sucintamente, que houve a participação efetiva do conselho para que o plano se tornasse realidade formal e a instituição de uma Câmara Temática permanente de Monitoramento e Avaliação do Plano Municipal de Cultura, no âmbito do Conselho Municipal de Política Cultural. Mas também identificamos alguns pontos críticos, que podemos sintetizar nos seguintes elementos:

- Falta de definição de formas de mensuração e indicadores objetivos.
- Imprecisão de diversos temas, metas ou ações propostas.
- Falta de priorização clara no documento, o que acarretou indefinição de temporalidade das metas e ações.
- Repetição de diversos elementos nas metas e ações propostas, apenas com pequenas alterações de texto.

- Falta de abordagem específica de Políticas para as Artes. Talvez por definição metodológica à época, as especificidades artísticas foram deixadas para os planos setoriais.
- Aspectos metodológicos, como o desejo da instituição de atender às especificidades de construção de texto sugerido pela parte da sociedade civil, e dificuldades de compilação e sistematização objetiva, que dessem base à construção de estratégias de execução.
- Participação ainda tímida do conjunto da sociedade no processo todo.

Entre 2014 e 2015 alguns fatores deram visibilidade internacional à cidade e colocaram em evidência as necessidades de aperfeiçoar o plano que seria aprovado: o primeiro foi o programa Arena da Cultura, o qual estava correndo risco de fechar as portas àquele ano, vencer a primeira edição do prêmio internacional CGLU de melhores práticas da Agenda 21 da Cultura, concorrendo com mais de 50 cidades do mundo todo.

Em segundo lugar, Belo Horizonte tornou-se cidade piloto da nova Agenda 21 da Cultura, pelo programa Arena da Cultura e a Rede Regionalizada de Centros Culturais, e teve suas políticas avaliadas por um conjunto de especialistas, que deixaram uma série de recomendações para a cidade. Por fim, o acervo da comissão construtora da capital foi reconhecido como patrimônio documental da humanidade, no final de 2015.

Essa visibilidade aumentava a cobrança sobre os resultados das políticas culturais e exigia que o município desse um salto na consolidação de políticas. A cena cultural da cidade é pujante, mas a infraestrutura de equipamentos e serviços e os investimentos em cultura ainda são tímidos, comparando-se com a cena cultural da cidade. E precisamente é esse o ponto que nos leva à próxima fase da institucionalização das políticas culturais na cidade.

A QUARTA FASE E A CONSOLIDAÇÃO DA IDEIA E DAS PRÁTICAS DO PLANO MUNICIPAL DE CULTURA

A quarta fase está em curso no momento do presente artigo. Entre 2015 e 2019 a cidade teve a aprovação da nova Lei Municipal de Incentivo à Cultura, ocorrida ao final de 2016, o reconhecimento do conjunto arquitetônico da Pampulha como patrimônio da humanidade e a recriação da Secretaria Municipal de Cultura, que aconteceu por ocasião da gestão que assumiu o município após as eleições em 2016.

Seguiram-se o alinhamento entre o processo de planejamento municipal ao Plano Municipal de Cultura, por meio das diretrizes do conselho para o PPAG – Plano Plurianual de Ação Governamental/2018-2021 e, por fim, 2018 e 2019 com o novo mandato do Conselho Municipal de Política Cultural e a realização da 5ª Conferência Municipal de Cultura, a qual realizou a primeira revisão do Plano Municipal de Cultura, sobre o que falaremos durante a conclusão do presente texto.

O alinhamento realizado entre o Plano Municipal de Cultura e o PPAG 2018-2021 é um exemplo de definições mais precisas, o que é trabalho para as equipes técnicas dos órgãos gestores. Listamos no Quadro 6 alguns exemplos de como pode ser o esforço de alinhamento do PPAG/PPA do município com questões e elementos do PMC:

Quadro 6: Exemplos de vinculação na relação entre o Plano Municipal de Cultura (PMC) e o Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG) 2018-2021 em BH

Metas PMC	Ações PMC	PPAG – Diretriz/ Objetivo	PPAG – Indicador de resultado/ meta	PPAG – Entregas 2021	2021
Meta 9: ampliar e qualificar a participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas de cultura a partir da data da vigência do Plano Municipal de Cultura.	Ação B: implantar fóruns dos setores artístico-culturais, manifestações das culturas populares e tradicionais, patrimoniais, indígenas e afro-brasileiras, descentralizados.	Estruturar o planejamento setorial e territorial da cultura para todas as regiões da cidade.	Ampliar o percentual de planos setoriais formulados, aprovados e institucionalizados de 8,3% em 2017 para 66,6% em 2020.	12 Fóruns setoriais implantados até 2021.	12 fóruns implantados. 2 Seminários setoriais realizados.

Metas PMC	Ações PMC	PPAG – Diretriz/ Objetivo	PPAG – Indicador de resultado/meta	PPAG – Entregas 2021	2021
Meta 9: ampliar e qualificar a participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas de cultura a partir da data da vigência do Plano Municipal de Cultura.	Ação: implantar fóruns dos setores artístico-culturais, manifestações das culturas populares e tradicionais, patrimoniais, indígenas e afro-brasileiras, descentralizados.	Estruturar o planejamento setorial e territorial da cultura para todas as regiões da cidade.	Ampliar o percentual de planos setoriais formulados, aprovados e institucionalizados de 8,3% em 2017 para 66,6% em 2020.	Pelo menos 7 planos setoriais implantados, considerando a visão econômica desses setores até 2021.	Pelo menos 7 Planos setoriais formalizados
Meta 9: ampliar e qualificar a participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas de cultura a partir da data da vigência do Plano Municipal de Cultura.	Ação: criar estratégias para implantação, avaliação e aprimoramento da política de descentralização na área da Cultura.	Estruturar o planejamento setorial e territorial da cultura para todas as regiões da cidade.	Ampliar o percentual de planos setoriais formulados, aprovados e institucionalizados de 8,3% em 2017 para 66,6% em 2020.	9 fóruns regionais implantados até 2021.	9 fóruns implantados.
					2 Seminários regionais realizados.
Meta 9: ampliar e qualificar a participação da sociedade civil na formulação de políticas públicas de cultura a partir da data da vigência do Plano Municipal de Cultura.	Ação: criar estratégias para implantação, avaliação e aprimoramento da política de descentralização na área da Cultura.	Estruturar o planejamento setorial e territorial da cultura para todas as regiões da cidade.	Ampliar o percentual de planos setoriais formulados, aprovados e institucionalizados de 8,3% em 2017 para 66,6% em 2020.	Pelo menos 1 plano territorial implantados, considerando o desenvolvimento econômico cultural dos 40 territórios até 2021.	1 Plano de desenvolvimento territorial implantado.
Meta 1: reorganizar a partir de 2016, administrativamente e financeiramente o órgão da Cultura no município para implantar os elementos constitutivos do Sistema Municipal de Cultura.	Ação: criar estratégias para implantação, avaliação e aprimoramento da política de descentralização na área da Cultura.	Democratizar o acesso da sociedade civil ao Sistema Municipal de Financiamento a cultura.	Promover desconcentração regional dos recursos, ampliando a participação em relação ao total nas regiões Venda Nova (de 4,48% em 2017 para 6,48% em 2020), Noroeste (de 6,95% em 2017 para 9,15% em 2020) e Nordeste (de 7,68% em 2017 para 9,18% em 2020).	Ampliar até 2021 a participação percentual de utilização dos recursos da lei municipal de incentivo a cultura em relação ao total com pelo menos 5,0% em cada regional.	Pelo menos 5,00% dos recursos da lei municipal de incentivo a cultura em cada regional.

Metas PMC	Ações PMC	PPAG – Diretriz/Objetivo	PPAG – Indicador de resultado/meta	PPAG – Entregas 2021	2021
Meta 1: reorganizar a partir de 2016, administrativamente e financeiramente o órgão da Cultura no município para implantar os elementos constitutivos do Sistema Municipal de Cultura.	Ação: criar estratégias para implantação, avaliação e aprimoramento da política de descentralização na área da Cultura.	Democratizar o acesso da sociedade civil ao Sistema Municipal de Financiamento a cultura.	Promover desconcentração regional dos recursos, ampliando a participação em relação ao total nas regiões Venda Nova (de 4,48% em 2017 para 6,48% em 2020), Noroeste (de 6,95% em 2017 para 9,15% em 2020) e Nordeste (de 7,68% em 2017 para 9,18% em 2020).	Ampliar até 2021 a participação percentual de utilização dos recursos da lei municipal de incentivo a cultura em relação ao total com os seguintes percentuais por setor artístico: Patrimônio e Memória – 12%; Artes Visuais – 13,00%; Literatura – 10,00%.	Revisão de percentuais por setor realizada.

Fonte: Plano Municipal de Cultura de Belo Horizonte, Documento PPAG 2018/2021 – Prefeitura de Belo Horizonte.

Temos no quadro duas ações consideradas fundamentais para a democratização, a implantação dos fóruns setoriais e regionais e seus respectivos planos e a criação de mecanismos para implantar política de descentralização na área da cultura.

A primeira foi desdobrada na criação dos fóruns setoriais e regionais e seus respectivos planos de desenvolvimento com prazo específico e exequível: dos 12 setoriais do conselho, implantar sete até o final de 2021 (58%). A segunda foi desdobrada na desconcentração regional dos recursos, com foco na ampliação da participação das regiões com menor participação no total, desconcentração setorial dos recursos, com foco na ampliação dos setores com menor participação no total e lançamento de pelo menos sete editais setoriais.

Uma das questões mais importantes é trabalhar o que foi definido nos Planos Municipais de Cultura de forma mais prática e objetiva, elaborando planos de ação que sejam realizáveis. Como exemplo, em dois anos e meio é perfeitamente compatível propor a implantação de sete planos setoriais, uma vez que um já foi elaborado e está tramitando (Livro, Literatura e Bibliotecas), um está em elaboração (Dança) e diversos estão sendo iniciados agora (Memória, Arquivos e Museus; Teatro; Circo etc.). Restariam três setoriais para começar a ser elaborados. Levando em consideração que à medida que os colegiados forem se organizando, uma das

primeiras ações específicas de cada um é trabalhar para a elaboração dos planos setoriais, é um horizonte possível essa previsão.

A mesma lógica se aplica à questão da desconcentração de recursos, em termos regionais e setoriais. O resultado dos editais da Lei Municipal de Incentivo à Cultura em 2018 já demonstrou que a capilarização dos recursos por proponentes de todas as regiões avançou bastante. Diversas regiões que historicamente tiveram participação próxima de 1% no total de projetos aprovados conseguiram ampliar a participação neste edital: nenhuma das nove regiões administrativas teve menos que 4% de projetos aprovados.

Quadro 7: Acontecimentos relevantes da quarta fase

Quarta fase	2016	Reconhecimento do conjunto arquitetônico da Pampulha como patrimônio da humanidade; Primeiros exercícios de atuação do Conselho Municipal de Política Cultural na avaliação e elaboração orçamentária; Aprovação da nova Lei Municipal de Incentivo a Cultura.
	2017	Atuação da Câmara de Monitoramento do Plano Municipal de Cultura na primeira formulação de indicadores de monitoramento do plano; Alinhamento entre o planejamento municipal e o Plano Municipal de Cultura; Recriação da Secretaria Municipal de Cultura; Reorganização, alinhamento e maior detalhamento do PPAG da Cultura de acordo com o PMC e o replanejamento proposto pela nova gestão; Preparação da primeira revisão do Plano Municipal de Cultura.
	2018 2019	Novo mandato do Conselho Municipal de Política Cultural; 5ª Conferência Municipal de Cultura e primeira revisão do Plano Municipal de Cultura.

Fonte: Elaboração do autor, 2019.

Tanto a recriação da Secretaria Municipal de Cultura quanto o momento de crise financeira pelo qual o país atravessa deixam o Plano Municipal de Cultura com fortes desafios a serem enfrentados pela cidade. A quarta fase pode durar cinco ou seis anos no total, mas com certeza pede que a cidade construa um pacto entre cidadãos, artistas e técnicos profissionais, pesquisadores, integrantes de manifestações das culturas populares, servidores da cultura e o poder público para avançar.

Para que o pacto funcione, é importante definir quais são as prioridades coletivas e o que a cidade deve focar sequencialmente: como o recurso é limitado, é fundamental

nos colocar a obrigação de priorizar. Pouco serve dizer que a ação educativa é importante, que exposições são importantes, que financiar projetos da sociedade é importante: em última análise, tudo é importante em cultura, mas priorizar significa caminhar e consolidar as políticas passo a passo. Só assim haverá formas de acompanhar, monitorar e até cobrar.

Nesse sentido, os principais desafios para a revisão do PMC são um processo consciente de reorganização das metas e ações, com definição de indicadores objetivos e mensuráveis, bem como priorização em termos de curto, médio e longo prazo e definição clara de vinculação dos setoriais com as políticas para as artes. Em seguida, uma redefinição de prazos com base na priorização, em comparativo da situação em 2018 com a situação esperada em 2025, prazo de encerramento da primeira versão do Plano Municipal de Cultura.

Para a Conferência de Cultura de 2018, foram definidos os seguintes referenciais de prazo, sempre coincidindo com as conferências de cultura posteriores: como curto prazo ficou definido limite o ano de 2020, médio prazo o ano de 2022 e longo prazo o ano de 2025, prazo de vigência da primeira versão do plano decenal.

Houve um processo de discussão das metas e ações, tendo como base as diretrizes do Plano Municipal de Cultura, organizadas por cinco eixos: Acesso, Democratização, Diversidade e Artes; Economia e Fomento; Participação e Institucionalização de Políticas Culturais; Patrimônio e Memória; e Formação. A proposta central visava aproximar mais pessoas da construção, diminuindo a ênfase na conferência como evento participativo e tornando-a mais processual. Nesse sentido, foram realizadas reuniões preparatórias regionais e por eixos temáticos durante três meses, fechando com as plenárias da conferência, o que, em última análise, abria a possibilidade de a sociedade ter mais tempo para amadurecer as deliberações que tomará na conferência, relativas à efetivação do Plano Municipal de Cultura.

Nesta conferência (iniciada em 2018 e concluída em 2019) se propôs uma priorização às ações propostas. No final dos trabalhos, o plano saiu de 184 ações para pouco mais de 140, num formato mais organizado. Porém, mesmo que tenha havido um esforço de testar uma nova metodologia, o conteúdo foi considerado muito fechado e essa edição de conferência municipal suscitou uma questão que é urgente, principalmente nas novas etapas de implantação dos Sistemas de cultura: a necessidade de se pensar novos formatos de participação para além dos formatos tradicionais

de conferência, com ações mais distribuídas no tempo e com maior proximidade entre sociedade civil e poder público.

Os temas em conferências são duros para o cidadão comum, a racionalidade das conferências é típica do Estado, muito instrumental e distante do dia a dia do cidadão, o que dificulta a participação. Ainda precisamos avançar muito nas metodologias de plenárias para a cultura e isso tudo impacta no próprio plano e nas revisões previstas.

A sociedade aponta a necessidade de “traduzir” para os artistas e os cidadãos em geral o que o plano aponta que há de ser feito e, principalmente, deixar claro que ter o plano aprovado não é garantia automática de avanço. Há muitas pessoas que consideram que a elaboração pura e simples dos planos daria segurança ao setor, resolveria os problemas e a cultura enfim entraria num período de maior solidez enquanto área de política pública. Mas, isso não se mostrou real, uma vez que os planos não garantem efetivamente as soluções. Junto aos documentos de planos é necessário que se estabeleçam metas concretas e com processos concretos de avaliação e de fácil visualização, orçamentos exequíveis, e, principalmente, conciliar os documentos com vontade política e engajamento tanto por parte da administração pública (aí incluídos os servidores) quanto da sociedade civil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O planejamento de políticas públicas capaz de favorecer a democracia cultural encontra, em Belo Horizonte, um exemplo importante na busca pelo equilíbrio entre as demandas da comunidade e a necessidade de se pensar na cidade como um todo e nas condições estabelecidas para as próximas gerações. As necessidades não expressas não deixam de ser necessidades e cabe ao Estado pensar no todo e planejar para que toda a cidade tenha acesso às políticas públicas.

Pode acontecer de as comunidades serem ainda pouco organizadas e não conseguirem articular-se para ter voz junto ao Estado. A hipótese que apresentamos é que o Estado deve ter um conjunto mínimo de políticas, que poderíamos chamar de princípios, as quais funcionariam como um equilibrador, ou seja, independentemente das demandas ou do desejo de governos singulares, deveria balizar as políticas de cultura. Tomando como referência a implantação de equipamentos culturais, uma possibilidade seria estabelecer que o Estado possua em suas políticas e planos a

perspectiva de equilíbrio na distribuição dos equipamentos culturais por toda a extensão do município.

O Plano Municipal de Cultura de Belo Horizonte, aprovado em outubro de 2015, tem um desafio imediato como novo instrumento de gestão, que é traduzir esse conjunto de demandas em planos de ação concretos, mensuráveis e monitoráveis e, principalmente, estabelecer prioridades em função da importância estratégica para o município, mas também de previsão orçamentária equilibrada, sob pena de tornar-se mais um documento de gaveta. Selecionar prioridades e compreender a importância das revisões regulares pode contribuir e muito.

Com a primeira revisão do Plano Municipal de Cultura, Belo Horizonte vive um momento chave na consolidação das políticas públicas municipais para a cultura e deixa uma série de questões em aberto, como a necessidade urgente de fortalecimento de infraestrutura e recursos humanos e ampliação, diversificação e qualificação das fontes de recurso para programas, serviços permanentes e incentivo à produção cultural na cidade. Com efeito, a simples reorganização das metas e ações não é suficiente, mas uma discussão mais amadurecida com a sociedade para que, além da priorização, haja um pacto.

Pensando nisso, a comissão que organizou a 5ª Conferência Municipal na cidade propôs, ao concluir seus trabalhos, que a partir de agora o Conselho e a Secretaria se debruceem sobre o resultado da revisão do Plano Municipal de Cultura e preparem um “plano de realização” do que já foi consolidado no documento. Em paralelo, recomenda que se realize capacitação continuada de quem não atua diretamente no poder público sobre os temas mais áridos (como orçamento público e plano plurianual) e se estabeleça novos espaços e metodologias de participação.

Como tratado no início deste texto, o plano é um processo de construção e identificação de intervenções na realidade cultural, que propõe opções deliberadas que expressem consensos pactuados sobre a realidade atual e o futuro que se pretende construir. A expectativa é que o plano solidifique políticas culturais de Estado, que possam permanecer mesmo em tempos de instabilidade institucional, orçamentária e política, como na proposta original do Sistema Nacional de Cultura, mas principalmente que ele contribua para que as políticas públicas de cultura deixem de ser apenas recurso discursivo das gestões e se reflitam de forma efetiva no cotidiano dos artistas e cidadãos do município.

REFERÊNCIAS

BARROS, José Márcio; OLIVEIRA JUNIOR, José. Por uma cultura do público: Planos de cultura e diversidade cultural. In: **Anais X Reunion de Antropologia del Mercosur**, 2013, Cordoba Argentina. X Reunion de Antropologia del Mercosur. Córdoba Argentina: Universidad Nacional de Córdoba, 2013.

BELO HORIZONTE. **Lei Municipal nº 10.854 de 16 de outubro de 2015**. Disponível em: <<http://portal6.pbh.gov.br/dom/iniciaEdicao.do?method=DetalheArtigo&pk=1151469>>. Acesso em: 7 set. 2018.

_____. **Revista do Plano Municipal de Cultura**. Fundação Municipal de Cultura: Belo Horizonte, 2015.

_____. **SMAPP**: Sistema de Monitoramento e Avaliação de Programas e Projetos. Secretaria Municipal de Cultura / Fundação Municipal de Cultura. Acesso em: 18 set. 2017.

OLIVEIRA Jr., José. A rede de centros culturais em Belo Horizonte como experiência de regionalização das políticas culturais. **Anais do XI Enecult**: Salvador, 2015. Disponível em: <http://www.xienecult.ufba.br//modulos/consulta&relatorio/reload_download.asp?nome=64745.pdf>. Acesso em: 7 mai. 2016.

OLIVEIRA Jr., José (Org.). **Caderno do conselheiro/a** – Conselho Municipal de Política Cultural de Belo Horizonte. Belo Horizonte: SMC, 2018.